

A questão da governabilidade

João Geraldo Piquet Carneiro

A governabilidade consiste, em última análise, na capacidade de o governo decidir e implementar suas decisões. Ao longo dos últimos meses, configurou-se um quadro de crise de governabilidade — fruto da paralisação do processo decisório em face do recrudescimento da inflação. Na ausência de decisões, não havia o que implementar e tampouco o que transmitir à sociedade.

A perplexidade e as hesitações do Governo extrapolaram os limites do campo econômico e contaminaram a esfera política. O quadro de anomia, ou seja, de ausência de normas e comandos, parecia cristalizar-se. Mas, como se sabe, o poder tem horror ao vácuo. Tornava-se, assim, cada vez mais improvável a persistência do quadro anônimo sem o risco de algum tipo de impasse ou ruptura. Ou seja, de crise política.

Finalmente, o Governo tomou a iniciativa de sair do clientelismo e propor um novo plano de estabilização econômica. O simples fato de haver decidido, nas atuais circunstâncias, significou o preenchimento do primeiro requisito básico da governabilidade. Se esse plano é o mais adequado para combater a inflação inercial e quais serão seus efeitos sobre o conjunto da economia são indagações que pertencem a uma outra órbita de análise. O fato político relevante é que o Governo rompeu a inércia da sua auto-imposta imobilidade.

O passo seguinte será cumprir o segundo requisito da governabilidade: implementar com eficácia as decisões tomadas. No entanto, dois fatores conspiram para tornar essa tarefa mais complexa e desafiante. O primeiro, de natureza

gerencial, tem a ver com o avançado estado de obsolescência da máquina administrativa federal. O segundo, de índole política, decorre do recrudescimento do clientelismo e de práticas fisiológicas incompatíveis com qualquer critério de eficiência administrativa.

Na impossibilidade de realizar-se uma ampla reestruturação da administração pública, resta ao Governo promover reformas emergenciais setorizadas e concentradas nos órgãos mais críticos para o sucesso do novo plano econômico. Será necessário, para esse fim, identificar as *ilhas* remanescentes de competência e experiência dentro desses órgãos e com elas tecer novas alianças. Será necessário, além disso, muita criatividade gerencial e uma boa dose de heterodoxia. Acima de tudo, será imprescindível compreender, de uma vez por todas, que reformas se fazem com indivíduos e não com estruturas. Estas, por mais perfeitas que sejam, não funcionam sem bons gerentes.

A condição básica para que a reforma emergencial seja minimamente viável é a suspensão ou redução do ímpeto clientelista. Ocorre, todavia, que isso não se fará por decisão unilateral do Governo. O clientelismo é um contrato entre duas partes, uma das quais é a classe política. Sem a colaboração desta, manifestada pela vontade de seus líderes, não haverá possibilidade de se construir um verdadeiro pacto antlientelista.

Uma vez atendidos os dois primeiros requisitos da governabilidade, não faltará ao Governo competência, prestígio e credibilidade para prestar contas à sociedade de suas decisões e ações. O sucesso do plano estará, então, garantido.

JORNAL DO BRASIL

20 JUN 1987

João Geraldo Piquet Carneiro é advogado.